

FILOSOFIA E TOLERÂNCIA

Paulo Meneses
UNICAP — PE

O conceito de tolerância, visto na superfície, parece algo claro e imediato—mas isso acontece com a visão superficial de qualquer conceito. Porém a etimologia e o uso corrente nem sempre são bons conselheiros quando se trata de conceitos elaborados numa longa história de lutas, e de polêmicas memoráveis. Muita gente rejeita, de entrada, o termo; pois lhe lembra as “casas de tolerância”, e uma atitude neutra de quem não quer aceitar e muito menos amar o outro, mas apenas ‘tolerar’, permitir como um favor ou condescendência, que ele exista. Outros acham que a tolerância supõe abdicar da verdade, da certeza, e submergir num total relativismo, descreditando todos os valores. Outros dizem que é, no fundo, um conceito contraditório, pois os tolerantes sempre supõem um limite, sempre admitem algo “intolerável” (pelo menos a própria “intolerância”). Exemplo notório disso é LOCKE, que na sua Epístola de Tolerantia — o primeiro escrito sistemático sobre a tolerância — diz que os católicos não deviam ser objetos de tolerância, por serem intolerantes. Mas então também os muçulmanos e tantos outros. Só caberiam na sua tolerância os livre-pensadores e os protestantes de sua Inglaterra.

Uma discussão desse tipo não leva a nada: pois as palavras lutam com as palavras, e a realidade a que se referem fica fora do campo de visão. Na verdade, tolerância é um conceito historicamente situado, é produto e síntese de toda uma história, não só das idéias e das lutas por direitos humanos; é toda uma evolução traumatizante e sangrenta.

O ano da tolerância, que a ONU, sob proposta da UNESCO, decretou para 1995, tem como referência cronológica o Tricentenário do nascimento de

VOLTAIRE (1694). Realmente, foi este filósofo a figura emblemática da luta contra a intolerância. A carta de Locke sobre a Tolerância é um pouco anterior (1689) ao nascimento de Voltaire.

A tolerância é também o tema do trabalho de Pierre Bayle "Comentário filosófico sobre as palavras de Jesus Cristo Obriga-os a entrar" (1689) e o próprio Pascal, que não era especialmente tolerante, estabeleceu um dos argumentos fundamentais a favor da tolerância, ao mostrar que forçar alguém a admitir algo contra a sua consciência era contraditório com o fim que se tinha em vista; pois é "querer obter por uma via o que só se pode obter por outra" (*Pensées*, frag. 58).

O nascimento do conceito da tolerância se deu no rescaldo das lutas religiosas; massacres recíprocos de protestantes e católicos, Edito de Nantes, e sua revogação, Noite de São Bartolomeu. Então os livres pensadores, adeptos de iluminismo, se viam discriminados e perseguidos por todos os fanatismos. E foram eles, que em nome da razão, mobilizaram a opinião pública contra os horrores da intolerância, proclamaram o direito sagrado de discordar, de guiar-se por sua consciência e por sua razão, e não pela religião oficial do Estado e da maioria.

Afirmar o "direito sagrado de divergir" é negar a quem quer que seja — em especial ao Estado e às maiorias — o direito de reprimir a diversidade alheia, de perseguir os dissidentes, de tentar reduzir pela força as divergências. É proclamar o dever que têm os Estados e os grupos sociais de respeitar a alteridade, de não perseguir a ninguém por causa de suas opiniões, e de modo mais amplo, de não discriminar ninguém por causa de diferença de religião, de raça, de sexo, de idade, etc. Então a amplitude da tolerância é ilimitada: pois é o reverso da proclamação da "igual dignidade dos seres humanos".

Portanto, a tolerância não é um sentimento morno, ou uma atitude passiva ante uma diferença que me molesta, mas contra qual é melhor não fazer nada, para evitar um mal maior.

O conceito de tolerância tem de ser colocado em sua perspectiva histórica, para ganhar o seu relevo próprio. Na verdade, a "tolerância" surgiu historicamente como uma "luta contra a intolerância", e, como as lutas contra as discriminações que vieram depois — o movimento negro, o movimento feminista, etc. — tem uma atitude clara de militância, não é uma atitude primeira. É antes uma reação contra uma situação dada: contra a intolerância nascida do etnocentrismo, da rejeição do outro. A tolerância é uma negação da negação, suscitada pela indignação frente à intolerância; é a defesa de um direito humano dos mais sagrados: o direito à diferença. Equivale a declarar que o intolerável mesmo é a intolerância. É uma re-afirmação, uma re-posição do sujeito frente à intolerância que quer negá-lo; ao afirmar-se contra sua negação, afirma-se como um direito de ser o que é; e nega ao intolerante o direito de negá-lo.

É essa a dialética da tolerância, o movimento do seu conceito. Mas onde está a raiz última desse direito de ser outro, desse “direito natural” à alteridade”? Procurei estabelecer esse ponto no artigo “A cultura no plural” (Síntese nº 63 (1993): 445-458). Aí se mostra a diversidade das culturas, a multiplicidade de formas e figuras em que se apresenta o ser humano, não só como desejável, positiva, mas como uma necessidade da própria natureza do homem social e histórico, cuja riqueza é tanta que para explicitar-se necessita de toda a diacronia da história e de todo o leque infinito de formas em sincronia na face da terra, para poder mostrar a que veio.

Ora sucede que a alteridade, no seu surgimento, encontra oposição, rejeição. O outro parece ao mesmo como uma ameaça, como uma negação. Com efeito, esse outro que me enfrenta, revela-me que também sou um outro: uma alteridade como outra qualquer, uma particularidade. O outro me relativiza, reduz minhas proporções ou minhas presunções de ser o detentor exclusivo da razão, do bem e da beleza; de ser “a medida de todas as coisas”. Meus costumes, meus valores, minhas crenças, etc., são os costumes e valores de minha tribo, mas não os costumes e os valores em si e para si. É um sentimento de insegurança e mesmo de crise existencial. A atitude mais primitiva para reduzir a alteridade é acabar com o outro; exterminá-lo. Primitiva, mas sempre atual: basta ver a “limpeza étnica” em que os sérvios e croatas se tornaram célebres em nossos dias. Assim quando falam as “belas almas” que tolerância é muito pouco, que o outro deve ser amado, esquecem que se continua a negar ao outro o direito elementar de existir. Ainda há guerras, em tantas partes do mundo; e guerras civis a fogo lento no seio de tantas sociedades — e no Brasil, somos um exemplo conspícuo disso, com o extermínio de menores, de índios, de camponeses sem terra. Então se a ONU proclama um ano para se divulgar no mundo uma atitude de tolerância real, está sendo apenas realista, e impelindo a objetivos concretos ainda longe de ser atingidos. Que se pare o massacre do “outro”: e não só dos muçulmanos na Bósnia, dos Tutsi em Ruanda, mas também das mulheres, por exemplo na Índia, e igualmente em tantos países ocidentais; dos meninos de rua no Brasil, e assim por diante.

Mas além da eliminação física, há uma diversidade de formas de reduzir a alteridade; como a de respeitar sua existência com a condição de assumir a forma do mesmo. Ficou célebre na história do Ocidente o problema dos cristãos novos; quando os judeus eram obrigados a fazer-se cristãos para escapar à morte e às perseguições. Uma atitude menos radical — talvez mais sutil mas igualmente opressora — é reduzir o outro, devido à sua alteridade, a uma situação de sujeição: a não ter cidadania, ou pelo menos não dispor de cidadania plena, e de ficar a serviço dos verdadeiros cidadãos de pleno direito. Essa é a situação dos escravos, dos povos dominados, dos não-muçulmanos em país árabe, e também a das mulheres em nossas sociedades — até há muito pouco tempo. E sua igualdade efetiva ainda parece estar num futuro distante. É a estratégia do “apartheid”, que evolui em sociedades sãs com a nossa para uma “democracia racial”, em que os preconceitos são tão compactos que

nem chegam a ser conscientes, numa "boa consciência", ou melhor, numa inconsciência, donde é difícil haver um despertar: nem se deseja. É um torpor, que há de suscitar, mais cedo ou mais tarde, uma reação muito violenta para sacudir a consciência social e despertá-la, através da luta, para a justiça e o respeito dos direitos alheios.

É interessante que o tricentenário de Voltaire coincide com o tricentenário de Zumbi. Não é só a cronologia que os aproxima: ambos lutaram contra a intolerância: um, contra a discriminação que perseguia os que tinham opiniões divergentes; o outro, contra a injustiça que reduzia a raça negra à escravidão. Ambos coincidiam na visão hegeliana de que a essência do homem é a liberdade; e negar a sua liberdade é negar o próprio homem: por isso, na lógica da intolerância está a morte.

Assim, a oposição entre tolerância e intolerância não é só uma questão de opiniões: vê-se que frequentemente é questão de vida ou morte. A intolerância não rejeita só as opiniões alheias, mas também sua existência, ou ao menos o que faz que valha a pena viver: a dignidade e a liberdade da pessoa. Este ponto se encontra bem ilustrado no belo livro de Lise Noël: "L'intolérance" — une problématique générale, Boréal, Canadá, 1989, que tem uma boa quantidade de dados sobre os diversos grupos e categorias sociais objeto de discriminação na história: crianças, velhos, homossexuais, contra os quais a intolerância inventou uma quantidade de maus tratos e com frequência passou a massacres impiedosos. Por exemplo, a caça às feiticeiras esvaziou aldeias inteiras de sua população feminina na idade média. Os homossexuais eram condenados à morte até o fim do século XVIII na França e meados do século XIX na Inglaterra. Entre o século XIX e XX, milhares de negros foram vítimas de execuções sumárias (linchamentos) nos Estados Unidos: enforcados e depois queimados publicamente. Quanto aos índios, que eram 80 milhões por ocasião da descoberta, foram reduzidos a 10 milhões já no meio do século 16; e o massacre continuou nas Américas. O século XX foi o século dos genocídios: começou com o massacre de 1 milhão e meio de armênios pelos turcos em 1915. Os nazistas se excederam em massacres: só de homossexuais mataram entre 200 a 400 mil em seus campos de concentração; enquanto Stalin os deportava para a Sibéria, dizendo que eram cúmplices dos nazistas. Esses sacrificaram 70 mil pessoas como doentes mentais. O infanticídio, praticado largamente na antiguidade — sobretudo contra as meninas — continuou até o século XIX (agora voltado contra os filhos ilegítimos). As guerras são, de fato, massacre de jovens: a guerra de 14/18 só na França vitimou 10 milhões de jovens e deixou 7 milhões de inválidos. A revolução industrial começou com uma tremenda mortandade de crianças, obrigadas desde os 9 anos a trabalhar 72 horas por semana, e sofrendo de castigos corporais e de abusos sexuais. Entre 1972 e 1978, só nos Estados Unidos e Canadá, seis milhões de crianças (é o número do famoso holocausto judeu) foram negligenciadas ou maltratadas. Crueldades contra crianças, sobretudo de menos de três anos, são freqüentes, e os castigos cruéis, que eram instrumento da pedagogia antiga, continuam sendo aplicados às crianças. Os velhos são tam-

bém maltratados, sobretudo depois dos 80; alguns povos os sacrificavam quando os julgavam inúteis. A mulher, então, é vítima de maus-tratos em todo o mundo: no Canadá, por exemplo, 10% das mulheres apanham dos maridos; e entre os homicídios, 10% são mulheres assassinadas pelo companheiro.

São alguns dados que concretizam melhor esta idéia: a intolerância não é apenas questão de não tolerar as opiniões divergentes; a intolerância é agressiva e com frequência assassina no seu ódio à diversidade alheia. E não se dirige apenas aos que discordam de sua visão do mundo, aos que tem ideologias, religiões, culturas diferentes. Volta-se contra qualquer tipo de diferença, de sexo, de idade, de raça, tudo que possa dar lugar a uma discriminação e a produzir um oprimido. O diferente, diz Lise Noël, é "estigmatizado": sua diferença é um labéu, uma marca vergonhosa que o expõe ao desprezo, à opressão, e mesmo à eliminação.

Outra idéia muito original do livro é que o opressor — ou intolerante — não vê no discriminado um ser humano concreto, mas algo abstrato: ou seja, o "estigma", ou a diferença hipostasiada. Assim, é comum referir-se a ele unicamente por sua diferença: um negro, um índio, um velho, um pirralho, uma mulher. Quando um branco rouba, diz-se que "um indivíduo, um ladrão roubou". Mas se for de cor, diz-se "um negro roubou". "Tem um negro aí procurando por você". Da mesma forma "mulher": até aquela música de Martinho da Vila, "Você não passa de uma mulher", tem essa conotação preconceituosa. E qualquer deslize que possam cometer, ou qualquer coisa que se critique em suas atitudes, diz-se logo: "é coisa de negro", "só podia mesmo ser uma mulher". E o pior é que as vítimas da discriminação introjetam muitas vezes essa maneira de pensar e se sentem "culpadas" e "inferiorizadas" por ser o que são.

Diante desse quadro mais concreto da intolerância — que está no íntimo das discriminações raciais, sexuais, e outras, e que é pretexto para uma gama variada de opressões entre indivíduos e povos — alguns problemas teóricos que traz o conceito de tolerância parecem um tanto irrealis, ou apenas ideais. Por exemplo: qual o limite da tolerância? Ela supõe que exista um intolerável, ainda que seja a própria intolerância. Que critérios há então para discernir o tolerante do intolerante, pois cada um que não tolera pode afirmar que apenas não tolera o que é intolerável? Parece-me aqui que a tolerância não é um conceito que se baste a si mesmo, sem nenhuma referência ou critério universal. O relativismo total terminaria por admitir como igualmente válida qualquer atitude, mesmo a dos nazistas, em nome de uma absoluta tolerância. Sem o respeito à vida, à liberdade dos outros, a seus direitos humanos fundamentais, a tolerância pode esvaziar-se. Por exemplo: a prática da excisão é uma crueldade contra as meninas, parecida com seu infanticídio. É intolerância da pior espécie; e como tal, a cultura que exige isso não pode ser tolerada. Se houvesse uma autoridade política mundial, devia esta impedi-la. Enquanto não há, as pressões internacionais, a opinião pública mundial, as organizações humanitárias fazem bem em combater tais hábitos intolerantes e intoleráveis.

Também outro problema teórico, acho que podemos resolver, de nosso ponto de vista: a tolerância não exige relativismo de valores, nem atitude céptica diante da verdade. Ao contrário, requer uma referência certa aos direitos humanos, como norma e padrão das condutas: direito à vida, à integridade física, à igualdade de oportunidades; a praticar sua religião e mesmo a não praticar nenhuma. Na democracia, muitas opiniões políticas divergentes já aprenderam a conviver pacificamente; e o ecumenismo ensinou as religiões a se respeitarem e até a colaborarem umas com as outras. A paz entre as religiões não exige que cada crente abdique de suas convicções, ou troque a sua fé pela do outro com quem dialoga.

Voltamos a este ponto, donde começou a luta pela tolerância: as religiões são terreno especialmente propício à intolerância, por suas verdades absolutas, ortodoxias e proselitismos. Vimos neste mês um surto de intolerância percorrer o país; esperamos que no ano da tolerância o bom-senso prevaleça, e os líderes, em lugar de incentivar, procurem moderar seus adeptos mais fanáticos.

Para concluir, desejáramos apontar os caminhos da tolerância: a humanidade tem de descobrir esses caminhos, como condição mesma de sua sobrevivência. Trata-se de uma "educação para a tolerância": uma educação permanente, em que os adultos, as Igrejas, as nações, os meios de comunicação sejam reciclados, reeducados para difundirem atitudes de tolerância; em vez da intolerância que com frequência propagam e propugnam. Reconhecemos que é difícil: como persuadir uma Igreja a formar seus fieis na tolerância, quando está preocupada com o avanço das seitas, e com a conquista ou reconquista de mais ovelhas para o seu rebanho? Mas não é impossível. Há hoje um cuidado crescente de patrulhar a própria linguagem para que seja "politicamente correta": para que não veicule preconceitos e discriminação de raças, de sexos. Na Europa se fez um grande esforço para que a educação das crianças não transmitisse preconceitos e ódios antigos contra povos vizinhos por conta de guerras passadas. Há nas Escolas, hoje em dia, a preocupação de ensinar às crianças o amor e a proteção da natureza, que parece ter bastante êxito. Seria desejável que ensinassem também o respeito à alteridade, o amor às diferenças entre seres humanos.

Na verdade, a campanha da ONU não parece, infelizmente, ter produzido muito resultado; não há, na opinião pública nem na mídia, interesse especial pela tolerância. A mídia mais se interessa por fatos que gerem notícias; e acirrar animosidades entre grupos produz uma verdadeira cascata de notícias. A opinião pública pode interessar-se por problemas concretos em que estejam as pessoas envolvidas no momento, e não por uma idéia tão geral e tão nobre de abolir todas as intolerâncias. Os próprios grupos, que são objetos de discriminação, em geral só se interessam pela discriminação de que são vítimas: as mulheres que lutam pela libertação feminina não costumam interessar-se pelos problemas de suas empregadas domésticas de classe baixa, cujos serviços são condição para que a patroa tenha tempo e lazer de engajar-se em sua luta

feminista. Os camponeses sem terra não teriam problemas em receber terras das reservas indígenas, e assim por diante. (Dizem que já foi feita uma reforma agrária desse modo).

Parece-me que os filósofos, que pensam a totalidade, o universal, a raiz dos problemas, seriam particularmente indicados para tomar a bandeira da tolerância; e com eles, os educadores, pois não se pode esperar tanto dessas velhas gerações — formadas com doses maciças de etnocentrismo e preconceitos de toda a espécie — como das jovens gerações, cujo espírito parece estar mais aberto ao futuro, a novos valores, e portanto a uma verdadeira humanidade: onde a “PAZ e o AMOR” de que os hippies falavam, reinem de fato entre os indivíduos e os povos.

(Conferência proferida no dia 23/10/95, durante a XVI Semana de Filosofia da UNICAP)

Endereço do Autor:
Rua do Príncipe, 526
50050-900 Recife — PE